

O PARLAMENTO ESTUDANTIL NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA ESCOLAR, NA PERSPECTIVA DA EDUCOMUNICAÇÃO.

Delcimar Bessa-Ferreira



Delcimar Bessa-Ferreira é jornalista formado pela Universidade Braz Cubas, em Mogi das Cruzes-SP e especialista em Educomunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Atualmente, trabalha como subeditor do jornal Diário do Alto Tietê, de Mogi das Cruzes.

RESUMO

Este trabalho faz uma reflexão sobre o papel que o projeto denominado “Parlamento Estudantil”, realizado pela Câmara Municipal de Mogi das Cruzes e desenvolvido em escolas públicas da cidade, pode ocupar para a construção de uma “esfera pública escolar”. Para esta análise, foi aplicada uma pesquisa de campo na Escola Estadual Antônio Olegário dos Santos, uma das instituições de ensino que participa do projeto. Com base no levantamento desses dados e na perspectiva teórica adotada como referência, este estudo buscou investigar de que forma o projeto “Parlamento Estudantil” contribui para uma maior participação política dos alunos dentro dessa “esfera pública escolar”. Esta pesquisa utilizou o conceito de “esfera pública”, de Jürgen Habermas, levando-o para o contexto educacional. Tomou por base também os conceitos da Educomunicação, que compreende a inter-relação da Comunicação e da Educação.

Palavras-chave: esfera pública, esfera pública escolar, educomunicação, parlamento estudantil, Mogi das Cruzes, política, participação política;

HISTÓRICO

Em Mogi das Cruzes - SP, a Câmara Municipal criou em 2003 o projeto “Parlamento Estudantil”, que é desenvolvido nas escolas públicas e particulares da cidade. Este projeto foi inspirado em edições realizadas em âmbito estadual pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

O Parlamento Estudantil tem como objetivo possibilitar a vivência do processo democrático aos alunos da rede municipal e estadual de ensino. Podem participar,

todos os estudantes que estejam entre a 3ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. As escolas interessadas desenvolvem atividades pedagógicas com os alunos para que eles aprendam a redigir um projeto de lei, semelhante às proposições feitas pelos vereadores. Cada escola tem direito a apresentar um projeto de lei em cada uma das três categorias, que são: vereadores mirins (são selecionados 16 estudantes do 3º ao 5º ano do ensino fundamental); vereadores juvenis (16 estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental); e vereadores jovens (16 estudantes do 1º ao 3º ano do ensino médio). O modelo do projeto de lei consta no Manual do Candidato, que é distribuído em cada escola. Não existe um único critério para a escolha dos melhores projetos de lei nas unidades de ensino. Cada instituição elabora e define as suas regras. No caso da Escola Estadual Antônio Olegário dos Santos Cardoso, que foi objeto desta pesquisa, verificamos que a seleção é feita pelo professor que coordenou a aplicação da atividade, por exemplo. Uma comissão julgadora do Legislativo recebe e seleciona os melhores projetos de cada escola, que será distribuído nas três categorias citadas. Somados, todos os 48 representantes participam de votações no plenário da Câmara, como se fossem verdadeiros parlamentares por um dia e sobem à tribuna para defenderem seus respectivos projetos e pedirem as suas aprovações.

PROBLEMA, HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os projetos de vivência democrática contribuem para a formação da cidadania? Este é o problema da pesquisa. Entenda-se por cidadania, o conceito discutido por Maria de Lourdes Manzini-Covre, quando diz que “é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente [...]” (COVRE, 2001, p.11). A autora lembra que além dos direitos a receber, as próprias pessoas podem ser “agentes da existência de direitos”, ou seja, para conquistar é preciso também se mobilizar e organizar para reivindicar soluções para que possam um dia se transformar em direitos.

A opção metodológica para tentar identificar essas questões e respondê-las foi utilizar o conceito de Jürgen Habermas de “esfera pública”, e trazer para o contexto escolar. Será que o projeto está contribuindo para a criação de uma “esfera pública escolar”? Entenda-se, resumidamente, como “esfera pública escolar”, a reunião de diferentes pessoas com interesse pela escola e pela educação em

público com vistas a promover discussões com a finalidade de produzir opinião pública, a cerca de problemas da comunidade escolar e do entorno.

Com esse problema, pretendíamos alcançar alguns objetivos. São eles: avaliar a participação dos alunos no que diz respeito ao envolvimento e ao aprendizado de noções de cidadania durante a execução do projeto dentro de uma escola pública em Mogi das Cruzes; identificar quais são as principais características do projeto de vivência democrática estudado; verificar a participação do professor neste processo e como ele conduz a realização do projeto aos estudantes; analisar se o projeto contribuiu em outras disciplinas e apontar para eventuais mudanças na composição do projeto no sentido de aperfeiçoá-lo.

O problema deste objeto de pesquisa permitiu investigar o quanto a Educomunicação poderá contribuir, efetivamente, para a construção de uma esfera pública escolar. O estudo de caso, como técnica de observação social foi o método escolhido até mesmo pelo tempo exigido e limitado da pesquisa, com aproximadamente quatro a cinco meses de execução.

Partimos de um conjunto de hipóteses, sendo a primeira é que o sistema burocrático no qual está envolvida a escola pública, sobretudo a paulista, e seus respectivos métodos dificultam a construção de uma “esfera pública” no ambiente escolar. Outra hipótese é que o projeto Parlamento Estudantil tem no seu conjunto, valores que possam contribuir para a formação cidadã. Mas, sem estarem interligados com a rotina escolar dos agentes envolvidos, passa a ser mais um trabalho com viés conteudistas.

O uso de entrevistas se mostrou a forma mais interessante para reunir em um mesmo estudo as análises e opiniões de diversos atores que participam desse projeto. Da Câmara de Mogi das Cruzes, entrevistamos o presidente Rubens Benedito Fernandes e a assessora de imprensa Rosângela Cavalcante. Além destes, o ex-vereador Jolindo Rennó Costa também foi entrevistado, por ter colaborado na fase inicial do projeto. Da Escola Estadual Antônio Olegário dos Santos Cardoso, entrevistamos o professor de Ciências e Biologia para os ensinos fundamental e médio e coordenador do Parlamento Estudantil na escola, Paulo Augusto Prada. As entrevistas permitiram ampliar a observação e inquirir os sujeitos de modo a responderem as indagações sobre os problemas em questão.

Outra técnica utilizada foi a aplicação de dois tipos de questionários aos alunos participantes do projeto. O primeiro modelo tem oito questões, sendo que

seis são fechadas e duas abertas com perguntas mais gerais sobre o ambiente escolar e sobre como elaboraram os projetos de lei solicitados pelo professor. No segundo modelo, todos os questionamentos eram de múltipla escolha e permitiram verificar o grau de participação política dentro e fora da escola. Os questionários foram aplicados a dez alunos do ensino médio, na faixa dos 13 aos 16 anos, escolhidos pelo professor coordenador. A aplicação dos questionários foi em uma sala de leitura durante o intervalo das aulas regulares.

Para aprofundar a pesquisa, optamos por fazer entrevistas com cinco alunos, dentre os dez que responderam os questionários. Quatro estudantes não tiveram os projetos de lei aprovados para representar a escola e apenas uma foi escolhida. Isto permitiu analisar as diferenças das impressões entre alunos que fizeram o trabalho, mas não tiveram suas propostas aprovadas pela comissão julgadora e aqueles que conseguiram essa aceitação.

O colégio que foi objeto deste estudo de caso, a Escola Estadual Antônio Olegário dos Santos, tem 1.162 alunos matriculados, sendo que nas séries em que o Parlamento Estudantil acontece, existem 656 estudantes no ciclo 2 do ensino fundamental e 472 do ensino médio.

O CONCEITO DE “ESFERA PÚBLICA”, POR HABERMAS

O conceito de “esfera pública”, na concepção criada por Jürgen HABERMAS chamou a atenção por conseguir traduzir o que projetos de natureza democrática podem proporcionar durante seu processo de socialização. Em um de seus livros, “*A Mudança Estrutural da Esfera Pública*”, HABERMAS discute profundamente as transformações provocadas dentro dos grupos privados que se reuniram em público para tratar de assuntos de interesse coletivo, sobretudo no final do XVIII, início do liberalismo, época em que ocorreu a decadência da burguesia e do feudalismo.

Para HABERMAS, a esfera ou espaço público não pode ser caracterizado como uma instituição ou organização do sistema político. Trata-se de um fenômeno social elementar. A esfera pública não é normativamente organizada por leis, diferentemente do Estado, por exemplo, que se enquadra muito mais na definição de poder público, pois este sim promove o bem comum. O espaço público não é configurado como um sistema, uma vez que não tem limites, mas pode ser interpretado como a imagem de horizontes abertos, permeáveis, deslocáveis e dinâmicos. Também não pode ser confundido como uma representação espacial,

embora, muitas vezes, as discussões e opiniões por ela produzidas ocorram, na maioria das vezes, em ambientes públicos.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação dos conteúdos, tomadas de opinião e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 2003, p. 92, grifo do autor)

Ao se falar de uma esfera pública, HABERMAS assim definiu: “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (2003, p. 42). Os burgueses sentiram a necessidade de discutir dentro de um coletivo, problemas de interesses comuns e nesse ambiente, as questões pontuadas e elencadas ganhavam luz, se tornavam públicas e geravam opiniões, por vezes, contrárias ou favoráveis.

Contraposta a ela (esfera privada), destaca-se a esfera pública – e isso era mais que evidente para os gregos – como um reino da liberdade e da continuidade. Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram; na disputa dos pares entre si, os melhores se destacam e conquistam sua essência: a imortalidade da fama. (HABERMAS, 2003, p. 16).

A esfera pública é essencialmente política (grifo nosso), uma vez que dentro dela se discutem assuntos públicos que podem ser colocados em prática por meio de instrumentos democráticos como o voto, o referendo, o plebiscito. E tendo essa natureza, ela faz a intermediação entre o Estado e as necessidades da sociedade por meio da opinião pública, que nela é formada. Opinião que, muitas vezes, se opõe às formas de dominação e quer modificá-la, reivindicando também seu poder paritário. “A paridade, cuja base é tão-somente que a autoridade do argumento pode afirmar-se contra a hierarquia social e, por fim, até se impor” (HABERMAS, 2003, p. 51). Não se trata aqui de criar uma nova forma de governo, ou de poder, mas garantir que os assuntos de interesse público sejam discutidos à exaustão até que a ideia e os argumentos conquistem a maturação necessária para que os eleitos,

representantes do povo possam, de fato, trabalhar politicamente para que as necessidades sejam senão dirimidas, ao menos minimizadas.

Acompanhar os atos dos governantes e representantes de uma nação, por exemplo, assegura mais publicidade às leis por eles elaboradas, ou para utilizar um termo mais contemporâneo, mais transparência nas ações, pois existe a permanente vigilância de atores engajados e comprometidos em fazer prevalecer o interesse público, o bem comum a todos os cidadãos. Esse comprometimento se constitui a partir do debate das argumentações. “A publicidade dos debates parlamentares garante à esfera pública a sua influência, assegura a conexão entre deputados e eleitores como partes de um único público” (HABERMAS, 2003, p. 104). O que o filósofo alemão afirma – a conexão entre deputados e eleitores como parte de um único público – vai na contramão do que, de fato, ocorre na atualidade da sociedade brasileira. Não é raro ver e ouvir alguém dizer que “a culpa é dos políticos”, como se a parcela de responsabilidade do eleitor fosse nula após o período eleitoral. Em ambientes democráticos, a escolha é feita pelo eleitor e o acompanhamento daquele(a) que selecionou para ser seu representante também deve ser feita cotidianamente. E a esfera pública, na visão de HABERMAS, permite essa mediação entre o sistema político e setores privados, aliados a sistemas de ação especializados, que somados podem proporcionar esse acompanhamento.

Outra característica importante é o oferecimento do acesso a todos. Em um grupo privado que se reúne em público, não deve importar o grau de conhecimento que cada membro tem sobre determinado assunto, mas o seu nível de envolvimento na discussão. Isso, por consequência, obriga o integrante a se informar mais para poder aglutinar argumentos, fundamentos e teorias sobre temas distintos. “Uma esfera pública burguesa se rege e cai com o princípio do acesso a todos. Uma esfera pública, da qual certos grupos fossem *eo ipso* excluídos, não é apenas, digamos, incompleta: muito mais, ela nem sequer é uma esfera pública.” (HABERMAS, 2003, p. 105). Portanto, é enganoso afirmar que o grupo perde em qualidade quando não há integrantes mais escolarizados e qualificados dentro dele. Também se engana quem pensa que apenas acadêmicos podem oferecer discussões relevantes de interesse público. Um contraponto é o homem/mulher do campo, na sua larga sabedoria de vida e de práxis pode oferecer um ponto de vista que o catedrático sequer tenha imaginado. E o mesmo vale para o ambiente escolar. Não é só o aluno(a) com as melhores notas e de comportamento exemplar que pode

contribuir em discussões de interesse público, ou seja dentro de uma esfera pública. Também aqueles indisciplinados, que ainda não tenham encontrado espaços e formas para se expressar ou a quem ainda não tenham sido oferecidas a oportunidade para expressar suas ideias pode e deve colaborar na discussão.

CONSTRUINDO UMA ESFERA PÚBLICA NO AMBIENTE ESCOLAR

As esferas públicas podem ser constituídas em diversos campos de atuação, desde que asseguradas às características que as formam. E na escola pública também não há que ser diferente. O desafio está em justamente transpor as principais características apresentadas por HABERMAS do conceito de esfera pública para o contexto escolar. Existe um enfrentamento que precisa ser feito que é a mudança estrutural na educação, que no âmbito público está permeada de normas, leis, regras e portarias que no seu conjunto provocam a burocratização do ensino. A esfera pública escolar precisa vencer esses entraves pela sua própria natureza. A esfera pública não é normatizada como vimos anteriormente. Caso contrário, ela passa a ser um sistema político e este, como tal, precisa ser legitimado pelo Estado.

José Manuel MORAN, afirma que a escola, ao mesmo tempo que é amarrada e engessada, convive com práticas inovadoras. Essa práxis se faz necessária para que mesmo dentro de um sistema fechado e já constituído, haja experiências que permitam a realização de atividades que ofereçam uma educação e um aprendizado mais próximo e coerente com a sociedade contemporânea. O autor destaca que não é preciso revolucionar o sistema, mas permitir aberturas às essas inovações.

A organização escolar é pesada e prudente [...]. Mas os desafios sociais são tão gigantescos, as mudanças acontecidas e em fase de implantação são tão dramáticas em todos os setores, que estão pressionando violentamente a educação escolar por novas soluções em todos os níveis nos valores, na organização didático-curricular, na gestão de processos. Estamos diante de uma tarefa gigantesca, histórica e que levará décadas: propor, implementar e avaliar novas formas de organizar processos de ensino-aprendizagem que atendam às complexas necessidades de uma nova sociedade da informação e do conhecimento. (MORAN, 2007)

Acreditamos que esse é um caminho que se vislumbra como possível. Maria Elisabette Brisola PRADO diz que na pedagogia de projetos, “o aluno aprende no processo de produzir, de levantar dúvidas, de pesquisar e de criar relações, que incentivem novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções do conhecimento” (PRADO, 2003).

A execução desse projeto precisa ser bem planejada, contando com professores de várias disciplinas e até mesmo com a figura do educador, que neste caso desempenha o papel de gestor. A execução não pode apenas baseada na transmissão de conteúdos e em uma postura passiva dos alunos, mas integrada, de forma com que os estudantes participem do processo de produção, em todas as etapas.

É possível estabelecer ambientes favoráveis às discussões livres com temas de interesse comum não só dos alunos (protagonistas nesse processo), mas da comunidade escolar. A definição dada pela coordenadora geral da Organização Não-Governamental (ONG) Ação Educativa, Vera Masagão RIBEIRO da composição da comunidade escolar é: “[...], os pais, alunos, professores e outras lideranças locais [...]” (RIBEIRO, 2012). Garantir a abertura do diálogo e dar voz a estes públicos permitirá que sejam apresentadas argumentações e formulações de opinião. A abertura de canais de comunicação que permitam ao jovem ser protagonista no processo de produção e elaboração das mensagens permitirá, aos poucos, que este aluno(a) adquira consciência crítica sobre o que está fazendo. Tendo o professor como motivador desse processo, os demais membros da comunidade escolar já têm maturidade necessária para contribuir com o debate (presumimos) e podem auxiliar os estudantes a também se manifestarem acerca dos problemas que os rodeiam. Os conflitos de ideias, que eventualmente existirem, devem ser encarados como parte do processo de desenvolvimento da esfera pública, afinal, não se deseja que haja um pensamento único, mas sim uma multiplicidade de ideias, todas levando em consideração o bem comum. Como afirma SOARES:

Tal inter-relação, ou simplesmente Educomunicação, não foi tomada tão somente como uma nova disciplina [...]. Ela está inaugurando um novo paradigma discursivo transversal, constituído por conceitos transdisciplinares [...]. O novo campo, por sua natureza relacional, estrutura-se de um modo

processual, midiático, transdisciplinar e interdiscursivo, sendo vivenciado na prática dos atores sociais, através de áreas concretas de intervenção social. (SOARES in CITELLI; COSTA, 2011, p.24)

O educador Paulo FREIRE, trata da dialogicidade como algo verdadeiramente humano. “Ser dialógico é não invadir, é não manipular é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana” (FREIRE, 1983, p.28). Jesús MARTÍN-BARBERO traz a cultura para o centro do cenário político e social e a utiliza para explicar os processos comunicativos.

Na redefinição da cultura, é fundamental a compreensão de sua natureza comunicativa. Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor. O desafio apresentado pela indústria cultural aparece com toda a sua densidade no cruzamento dessas duas linhas de renovação que inscrevem a questão cultural no interior do político e a comunicação, na cultura (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.287, grifo do autor)

O autor fala na existência de um “ecossistema comunicativo”, que tal qual o ecossistema natural, relacionado ao aspecto ambiental, o comunicativo se apresenta como vital para os indivíduos na atualidade. Desta forma, não é possível pensar neste mundo sem a presença da comunicação nas suas mais variadas formas, linguagens e meios.

Acreditamos no que diz SOARES quando afirma que o educador, enquanto profissional capacitado e formado, tem que construir intencionalmente esses ecossistemas, pois eles não surgem naturalmente.

O educador trabalha, qualificando suas ações como: a) inclusivas (nenhum membro da comunidade pode sentir-se fora do processo); b) democráticas (reconhecendo fundamentalmente a igualdade radical entre as pessoas envolvidas); c) midiáticas (valorizando as mediações possibilitadas pelos recursos da informação); d) criativas (sintonizadas com toda a forma de manifestação da cultura local). (SOARES, 2011, p.37)

Como se pode perceber, o educador age como mediador do processo e dentro de uma comunidade escolar, pode colaborar para que todos os atores participem de forma democrática, garantido voz a todos, o direito a controvérsia e o contraditório, estimulando o debate e fazendo emergir o ecossistema comunicativo por meio de canais e ferramentas de comunicação e informação. E a criação de ambientes favoráveis pode ser estabelecida por pedagogia de projetos que “permite que mesmo ambientes fechados e rígidos possam ser beneficiados pela brisa educacional, desde que docentes ou agentes culturais eficientes e bem treinados se disponham a mobilizar colegas e estudantes em torno de determinadas zonas de interesse” (SOARES, 2011, p.49).

PESQUISA DE CAMPO

Apresentamos os resultados da pesquisa de campo com as análises descritivas e a interpretação dos dados referentes ao questionário aplicado aos alunos que participaram de uma das edições do projeto Parlamento Estudantil, na Escola Estadual Antônio Olegário dos Santos Cardoso, em Mogi das Cruzes. Ao todo, dos 990 estudantes que fizeram o trabalho a pedido do professor durante um ano, dez alunos foram selecionados para participar da pesquisa das séries finais do ciclo 2 do ensino fundamental e do ensino médio. Do total, apenas uma teve seu trabalho aprovado pela escola e que foi selecionado para ser apresentado na Câmara Municipal no ano de 2011.

Não pretendemos aqui afirmar que essa amostragem represente, estatisticamente, todos os alunos da Escola Estadual Antônio Olegário, nem tampouco representam estudantes de outras escolas do mesmo município ou ainda de outros alunos em que o projeto foi aplicado. As técnicas utilizadas são de amostragem não-probabilísticas, baseadas na representatividade social, não-estatística e em tratamento dos dados qualitativos. A opção pela pesquisa qualitativa se deve pela possibilidade de analisar e interpretar os discursos, as opiniões e as diversas representações sociais existentes dentro do universo a ser investigado. Autores como Martin BAUER e George GASKELL propõem o uso da pesquisa qualitativa que, diferentemente da quantitativa, não possui tecnicamente uma amostra e nem representa, estatisticamente uma população. A composição, o núcleo de investigação é denominado de “corpus”, material empírico reunido após a coleta de dados. “Para a abordagem qualitativa, os autores propõem a formação do

corpus que diz respeito aos procedimentos que possibilitam a formulação da fala social decorrente das várias expressões deixadas por um sujeito coletivo ou ser social.” (BAUER e GASKELL apud SOUZA JÚNIOR, 2010, p. 67). O resultado não pode ser considerado conclusivo, mas sim indicativo de como o projeto é executado e aponta para pistas que podem ser investigadas em uma pesquisa mais densa, aprofundada, o que requer mais tempo de trabalho de campo e não foi possível de fazê-lo nesta oportunidade.

Para investigar as opiniões e percepções dos alunos da Escola Antônio Olegário houve a necessidade de dividir a análise em dois grupos de investigação. O primeiro reuniu nove estudantes que participaram do projeto na escola, os quais para efeito didático serão denominados de GRUPO A. O segundo se referiu a uma aluna que teve o projeto aprovado pela escola e participou como vereadora jovem na Câmara, que neste trabalho se enquadra no GRUPO B. De acordo com os relatos registrados nas entrevistas de grupo feitas com os integrantes do Grupo A foi possível verificar que para a totalidade do grupo, o projeto Parlamento Estudantil foi **“um trabalho qualquer”** (grifo nosso). Esta foi a principal impressão que os alunos relataram; os estudantes não tiveram conhecimento do projeto escolhido para representar a escola e também não conheceram pessoalmente o ambiente parlamentar, nem vivenciaram a experiência de acompanhar o processo de votação dos projetos na Câmara.

O primeiro tópico apresentado acima é o que chama mais a atenção. Isso porque houve uma série de fatores que fizeram com que os alunos tivessem essa impressão. O primeiro deles foi a metodologia do Parlamento Estudantil. Segundo um dos ex-vereadores e idealizadores do projeto, Jolindo Rennó Costa, explicou em entrevista, não existe por parte da comissão organizadora da Câmara, qualquer interferência no processo de elaboração dos projetos em sala de aula. “O processo de seleção do aluno dentro da escola, já é um critério da instituição (...). O que importa para nós é a escola apresentar um projeto.” (COSTA, 2013). O que o Legislativo oferece são capacitações nas instituições de ensino que solicitam. Neste momento, os vereadores vão até a unidade escolar e procuram explicar os objetivos do projeto de vivência democrática.

O segundo fator que pode ter resultado nessa impressão está na maneira como o projeto foi aplicado. Para garantir a participação dos alunos, o professor que coordenou o projeto, por iniciativa própria, adotou o critério de atribuir nota pelo

trabalho apresentado, como forma de avaliação. A metodologia é a mesma utilizada para trabalhos disciplinares, ou seja, não houve alteração na forma de aplicação. O professor de Ciências e Biologia que coordenou o projeto na escola, Paulo Augusto Prada, teve a iniciativa de trazer o Parlamento Estudantil para dentro da instituição, conforme ele relatou em entrevista. “Eu peço um trabalho, falo para eles escreverem um projeto de lei, explico para eles o que é um projeto de lei. Aí, eles apresentam o projeto para mim, eu corrijo e seleciono os que podem ser utilizados.” (PRADA, 2013). No entanto, quando questionado sobre se houve algum tipo de debate entre os alunos sobre os temas para o projeto de lei, Prada (2013) respondeu: “Nenhum dos quatro anos eu promovi essa discussão. Seria até uma ideia, né? Mas, eu não sei. Na verdade, eu não sei trabalhar com debate, com seminário, essas coisas. (...), meu negócio é tradicional, sou giz e lousa.”. Abaixo, as principais diferenças (e semelhanças) de impressões entre os grupos A e B.

GRUPO A

- Mais um trabalho qualquer
- Não tiveram conhecimento do projeto escolhido
- Sem vivência do ambiente parlamentar e democrático

GRUPO B

- Mais um trabalho qualquer
- Vivenciou o ambiente democrático do Legislativo
- Aspectos adicionais:
 - autoestima
 - posição diante de um público
 - participação de pais e amigos
 - socialização / novas amizades
 - nova ideia sobre política

No processo de elaboração dos projetos de lei algumas características chamaram a atenção. São elas, a individualização dos projetos, ou seja, não houve o incentivo de trabalhar coletivamente, todos disseram que contaram com a ajuda de terceiros, sejam eles, os pais ou parentes e até mesmo o próprio professor e um aspecto interessante foi que alguns relataram o uso de notícias como fonte de informação para a redação dos projetos.

Do ponto de vista do nível de envolvimento dos alunos, os próprios classificaram que tiveram boa participação e três aspectos do Parlamento Estudantil contribuíram para isto. A novidade, isto é, o simples fato de levar os alunos a defenderem suas ideias dentro de um órgão público do sistema político demonstra o seu caráter diferenciado. Podemos dizer que o Parlamento também é reflexivo, ou seja, motiva os jovens a pensarem nos problemas existentes na cidade ou no bairro onde moram e também tem seu aspecto transformador, no sentido que contribui para, aos poucos, derrubar a visão limitada da qual associam o meio político apenas com a ideia de corrupção (muito reforçada pelos meios de comunicação, diga-se), permitindo ampliar essa percepção e demonstrar que a política está muito mais próxima e presente da nossa realidade como se pode imaginar.

RESULTADOS

Os principais resultados desta pesquisa apontam, como dissemos anteriormente, para pistas de futura investigação. Ao invés do projeto Parlamento Estudantil representar algo que fuja da estrutura curricular, conteúdista, ele acabou sendo inserido no sistema hierárquico tradicional de transmissão do saber, o que fez com que para os alunos, fosse mais um “trabalho qualquer”. A Educomunicação se apresenta como um caminho possível para melhorar essa relação. O professor que for aplicar o projeto da Câmara nas escolas pode incorporar novas formas de ensino. A pedagogia de projetos é uma das possibilidades, de modo a estimular o debate entre os próprios alunos. Por outro lado, o projeto permite um maior envolvimento e participação dos estudantes, uma vez que o uso de notícias e o fato de recorrerem a terceiros demonstram a necessidade que sentiram de compartilhar ideias, sugestões, propostas e para tal, precisam encontrar ambientes difusos e descentrados, que permitam que esse debate aconteça, de tal modo que sejam protagonistas do processo. A criação de canais de comunicação liderados pelos estudantes pode dar publicidade ao projeto interna e externamente, favorece o ecossistema comunicativo e, por sua vez, permitirão a construção de uma esfera pública dentro do ambiente escolar.

Desta forma, a hipótese de que o sistema burocrático impede a constituição de uma “esfera pública escolar” se confirmou. Os valores do Parlamento Estudantil de contribuir para uma formação cidadã as crianças e adolescentes ficaram reduzidos apenas aos alunos selecionados para compor o quadro de vereadores

jovens. E projetos de intervenção educacional seriam capazes de valorizar a gestão democrática, participativa, solidária e multidisciplinar se apresentando como uma possibilidade concreta de aprimorar o projeto mogiano.

Referências:

- COVRE, Maria de Lourdes M. **O que é cidadania?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Tradução Flávio R. Kothe. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Tradução Ronald Polito, Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997
- MORAN, José Manuel. A educação está mudando radicalmente. In: _____. **Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 5 ed. Campinas: Papirus, 2007. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/moran/mudando.htm>>. Acesso em: 18 mai. 2013.
- PRADO, Maria Elisabette Brisola. **Pedagogia de Projetos. Série “Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias” – Programa Salto para o Futuro.** (set. 2003). Brasília: Secretaria de Educação a Distância – SEED. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto>>. Acesso em: 18 mai. 2013.
- RIBEIRO, Renato Janine. Política e juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs). **Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.
- SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. In: CITELLI, Adilson e COSTA, Maria Cristina C. **Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento.** São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção Educomunicação).
- _____. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio.** São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção Educomunicação).
- SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. O uso do Método Qualitativo na Análise da Influência dos Movimentos Sociais Urbanos na Produção do Espaço. In: **Revista Ariús.** Revista de Ciências Humanas e Artes da Universidade Federal de Campina Grande. n. 1/2, vol. 16 (jan/dez./2010). Campina Grande: UFCG, 2010.